



19769745



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 25/08/2022	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Antônio Ramirez Lorenzo	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Leonardo Bueno de Melo	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
Rodrigo Barros	AEAL
Lauro de Castro Beltrão Filho	ASINT
Giselli dos Santos	CONJUR
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
Alexandre Patury	SENAJUS
Rodrigo Henrique Roca Pires	SENACON
Giovanni Magliano Júnior	SENAD
Carlos Renato Machado Paim	SENASP

Braulio do Carmo Vieira de Melo	SEOPI
Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Márcio Nunes de Oliveira	PF
Marco A. Territo	PRF
Ricardo Borda D'agua de Almeida Braga	AN
Rodrigo Alves	FUNAI
Paulo Eduardo Silva de Oliveira	CADE
Felipe Uchoa dos Santos	OUV
Allan Dias S. Maia	AESP
Ricardo Neves Soares	PF
Janaina C. O. Gadelha	PF
André Bucar	AN

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: AN, CADE e PF;
4. Carteira Políticas Públicas MJSP;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe SAA/SE;
7. Informe OUV;
8. Informe AECE; e
9. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez Lorenzo abriu a reunião agradecendo a presença dos titulares e em seguida apresentou a pauta a ser discutida. Antes de dar início as apresentações relacionadas aos indicadores e aos projetos estratégicos, trouxe a informação de que o número de assassinatos no país continua em queda em 2022, com redução de 5% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo o índice nacional de homicídios noticiado pela imprensa, com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal. Parabenizou a todos, em especial aos órgãos de segurança pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, pela atuação e articulação que vêm realizando, sendo essa redução nos assassinatos reflexo dos esforços empreendidos pelas unidades.
2. Dando início ao monitoramento do Planejamento Estratégico, o Diretor-geral do Arquivo Nacional – AN, Sr. Ricardo Borda D'agua de Almeida, destacou a importância da formalização do primeiro planejamento estratégico do Arquivo Nacional, contendo seis projetos estratégicos, sendo dois acompanhados pelo MJSP. Após a breve introdução, passou a palavra para o assessor, Sr. André

Bucar, que cumprimentou a todos e dissertou a respeito do projeto “Fortalecimento do Arquivo Nacional digital”, cujo objetivo é fortalecer a entidade como custodiadora nacional, permitindo exercer o protagonismo no recolhimento, custódia, preservação e acesso digital aos documentos da Administração Pública Federal – APF. O projeto se encontrava, na ocasião, em situação satisfatória com 80,67% concluído. Dentre suas principais entregas previstas, mencionou que o aperfeiçoamento do Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN estava atrasado, mas que se encontra em andamento para entregar uma nova plataforma de sistema tecnológico que irá ampliar a segurança e facilitar o acesso às informações sobre o acervo do AN, integrando entrada de documentos, processamento, consulta e acesso ao acervo. A implantação de todos os módulos está prevista para ocorrer até dezembro de 2023. Outra entrega do projeto diz respeito à ampliação da disponibilização do acervo em meio digital, que se encontra adiantado, em atenção a diretriz do governo federal relacionada a estratégia de governo digital e que viabiliza a implantação de serviços públicos. Além da ampliação da capacidade de armazenamento de documentos digitais, está incluído também o processamento técnico e digitalização de acervos prioritários (acervos relativos à entrada, registro e permanência de estrangeiros no território nacional; e acervo relativo a documentos de registro civil - nascimento, casamento e óbito - no Rio de Janeiro, de 1929 a 1962). Destacou que a grande demanda no AN, atualmente, refere-se a pesquisa probatória com objetivo de defesa de direitos (dupla cidadania, documentos civis, comprovação de propriedade, anistia política, dentre outros). Ademais, o Sr. André Bucar explicou sobre o grande desafio da instituição de enfrentar a obsolescência tecnológica, de forma a preservar documentos arquivísticos autênticos em identidade e integridade, construir uma solução dinâmica que incorpore a expectativa de mudança contínua na tecnologia da informação e ser um centro de excelência nacional na preservação de documentos arquivísticos digitais. Em última instância isso resultará em racionalização dos custos operacionais e de armazenamento documental, gerando economicidade para os cofres públicos. Após essas considerações, apresentou um panorama geral dos indicadores do AN acompanhados no âmbito do Planejamento Estratégico do MJSP, com destaque para o resultado obtido do indicador “Acesso às bases de dados sobre o acervo”, com superação das metas estabelecidas para os anos de 2020 e 2021. Até a ocasião, o resultado apurado em 2022 correspondia a 6.519.072 acessos, frente à meta estabelecida para o exercício (11.550.000 acessos às bases de dados).

3. Em seguida, o Diretor de Administração e Planejamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, Sr. Paulo Eduardo Silva de Oliveira, iniciou os cumprimentos agradecendo a oportunidade e, posteriormente, iniciou a apresentação sobre o indicador estratégico “Tempo médio de análise de Atos de Concentração pelo rito sumário”, relacionado à atividade finalística do Cade, e pautada tanto no prazo legal quanto na eficiência na prestação do serviço. Discorreu que, no que diz respeito a atuação preventiva de controle de Atos de Concentração – ACs, o indicador em questão possui como meta manter abaixo de 20 dias até 2023. Os resultados apurados nos anos de 2020, 2021 e 2022 foram, respectivamente: 17,5 dias; 20,3 dias; 23,9 dias até o mês de junho de 2022. A partir de tais valores, o Sr. Paulo Eduardo apontou a necessidade de atenção por parte do Conselho, uma vez que grande parte dos ACs analisados pelo Cade são do rito sumário, sendo observada uma tendência de crescimento no tempo médio, principalmente quando considerado o volume de ACs notificados e decididos pelo Cade. Apenas no ano de 2021, verificou-se a notificação de 627 operações, ou seja, 48% superior à média de entrada dos últimos 4 anos, das quais foram emitidas decisões em 611 ACS. O valor total das operações notificadas em 2021 correspondeu a R\$ 1,7 trilhão, três vezes maior do que o valor total de 2020. Ressaltou que, na mesma proporção de entrada dos casos, surge a necessidade de dar vazão às análises, que demandam conhecimento técnico e agilidade. De modo a relacionar o indicador ao projeto estratégico “Formulário digital de notificação de atos de concentração”, o Diretor informou que as notificações de ACs já são realizadas de modo eletrônico, facilitando a oferta dos serviços aos interessados, tendo como passo seguinte significativo para as análises a implantação do formulário digital. O projeto tem como objetivo aprimorar o procedimento de notificações de ACs, facilitar a organização e o uso das informações prestadas pelas partes e propiciar a integração de informações entre diferentes processos. Seu cronograma está com 68,20% executado, com algumas atividades a serem iniciadas. O escopo do projeto envolve,

portanto, a melhoria do formulário de notificações (digitalização) e a automação da análise do AC, por meio de Inteligência Artificial. Registrou que o projeto tem como premissas: i) simplificar a experiência do usuário; ii) solicitar informações realmente necessárias; iii) agilizar a análise do Cade; e iv) simplificar e automatizar a documentação e a instrução do processo. Por fim, apresentou o esboço do formulário em desenvolvimento com aproximadamente 60 campos a serem preenchidos, campos estes previstos em Resolução do Cade que disciplina a notificação de ACs de que trata o artigo 88 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Ressaltou, ainda, a necessidade de informações a serem obtidas pelo Cade de toda estrutura de mercado, informações de clientes, concorrentes e fornecedores para fazer uma série de análise a respeito do poder de entrada, rivalidade, poder coordenado, dentre outros. Além disso, em uma perspectiva interna, o projeto possibilitará a integração com outras bases, como, por exemplo, da Receita Federal ou em outros projetos internos.

4. Na sequência, a palavra foi direcionada para o Diretor-geral da Polícia Federal – PF, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, que, após reforçar o empenho do MJSP na redução no índice de mortes violentas no país, solicitou ao Sr. Ricardo Neves Soares, papiloscopista do Instituto Nacional de Identificação, que procedesse com a apresentação sobre o projeto estratégico “ABIS – Nacional”. Trata-se de um sistema automatizado de identificação multibiométrica que visa atender as necessidades decorrentes da alteração da Lei nº 12.037, de 1 de outubro de 2009 (lei de identificação criminal), bem como eventuais interoperabilidades a serem desenvolvidas junto aos órgãos estaduais de identificação. O projeto teve início em 2016 na PF para aquisição de uma solução interna, com posterior ampliação de seu escopo para atender uma demanda nacional. O projeto está em situação adiantada, com 87.89% concluído, com previsão de ser finalizado em novembro de 2022. O sistema ABIS visa atender as necessidades decorrentes da identificação civil, identificação criminal e dos negócios internos da PF, como a identificação de passaporte estrangeiros, agências de segurança privada, dentre outras. Tanto a solução quanto os periféricos foram adquiridos, ambas contratadas em fase de entrega. O projeto-executivo da fase da solução foi entregue, assim como finalizada a migração da base legada. Referente à integração, foram entregues manuais para a equipe de tecnologia da informação da PF e serão realizados treinamentos do novo sistema para 60 servidores, previstos para o mês de outubro de 2022, a ser ministrado pela empresa contratada, a fim de apresentar aos operadores, aos administradores e aos gestores a nova solução a ser implementada. Em relação aos *softwares*, a entrega está em fase final de teste e prevista conclusão em novembro de 2022. Dentre os riscos identificados no projeto, destaca-se a necessidade de aquisição da solução de modo separado dos equipamentos, por orientação do Tribunal de Contas da União – TCU. Em seguida, a Delegada da PF, Sra. Janaína Costa de Oliveira, abordou sobre o indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”. A meta da unidade prevista para o período do planejamento estratégico é de 82.764 vagas preenchidas ao público externo até 2023, já tendo sido superada em março de 2022 (90.268) e apresentando como último resultado apurado pela Academia Nacional de Polícia – ANP o valor de 102.128 em junho de 2022. As capacitações abrangem capacitações oferecidas em ambiente virtual, na plataforma ANPCidadã, como também capacitações presenciais, realizadas fisicamente no âmbito da ANP, como em todo o território nacional. Esse índice de aproximadamente 102 mil, conseguiu alcançar a meta estabelecida para o final do ano de 2023, que foi na ordem de 82.764. A delegada federal também destacou que, embora no ano de 2022 a PF tenha priorizado o curso de formação dos novos policiais, ainda sim conseguiu manter um nível significativo de capacitações oferecidas ao público externo. Dentre os novos cursos desenvolvidos pela ANP para fins de oferta a esse público, citou o quantitativo de 43 cursos em 2020, 66 cursos no ano de 2021 e no ano corrente, até o mês de junho, 40 cursos foram elaborados.
5. Em continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, tratou sobre a alteração da Carteira de Políticas Públicas MJSP - Revisão de Políticas Públicas SEOPI. Após solicitação extraordinária pela Secretaria de Operações Integradas – Seopi para adequação do documento, por meio do Ofício nº 2181/2022/SEOPI/MJ, o Gabinete do Ministro - GM, por meio do Despacho de Encaminhamento nº 1154, aprovou a demanda da unidade. O pleito teve como justificativa atender às mudanças dos atuais parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de

Segurança Pública e pelo novo Plano Nacional de Segurança Pública. A mudança foi aprovada no âmbito da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE, e a nova proposta foi disponibilizada aos titulares e pontos focais, via e-mail, em 17 de agosto de 2022, para apreciação e manifestação. O Subsecretário passou a palavra para o Secretário-Executivo para submeter ao colegiado a alteração da Carteira de Políticas Públicas MJSP.

6. Anterior à votação, a Sra. Tânia Maria Fogaça, Diretora-geral do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, se manifestou favorável a maleabilidade na abertura de novas políticas, registrando a necessidade e, em sendo possível, realizar alterações nos descritivos de algumas políticas por parte do Depen. Em seguida, o Diretor-geral da PF, Sr. Márcio Nunes, solicitou que a validação da Carteira de Políticas Públicas MJSP com a proposta da Seopi seja pauta em reunião posterior do CGE, uma vez que a PF precisaria de maior tempo para análise do documento. Após manifestações, tornou-se suspensa a validação do documento para reunião posterior. O Secretário-adjunto de Operações Integradas, Sr. Braulio do Carmo Vieira de Melo, agradeceu a colaboração da PF e reforçou a importância de alinhamento e sinergia entre as unidades para obter êxito nas operações.
7. Dando seguimento à reunião, o Sr. David Freitas tratou sobre a Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE de outubro (revisão quadrimestral), que, conforme previsto na Resolução CGE nº 1, de 19 de janeiro de 2018, o 9º ciclo quadrimestral de revisão da estratégia acontecerá no mês de outubro de 2022. O início da revisão será em setembro de 2022, a partir de envio de ofício às unidades, com prazo para retorno até o dia 12 de setembro de 2022. A revisão terá como escopo a inclusão, a exclusão e a revisão de indicadores, metas e projetos estratégicos. Informou, no entanto, que os indicadores que compõem metas intermediárias do Plano Plurianual – PPA não serão objeto de revisão. Solicitou que as propostas a serem encaminhadas à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO tenham justificativas bem elaboradas que facilitem tanto o processo de análise quanto o processo decisório posterior da SE e do GM. Quanto a execução orçamentária, o Subsecretário apresentou o *ranking* de execução entre as unidades e destacou que o MJSP se encontra com 76,62% do orçamento disponível executado, quando incluídas emendas parlamentares, e 85,80% quando não contabilizadas. A fim de auxiliar e esclarecer eventuais dúvidas e dificuldades na execução orçamentária, bem como em caso de necessidade de algum tipo de adequação do orçamento, a SPO vem realizando contatos individualizados com cada unidade. Ainda no tema orçamento, o Subsecretário comunicou sobre o envio de dois ofícios às unidades referentes às entregas de políticas específicas que vêm sendo monitoradas tanto no âmbito da Presidência da República, como do Ministério da Economia – ME, sendo elas: Agenda Transversal e Multisetorial da Primeira Infância; e Ações de Enfrentamento da Violência contra a Mulher. Dessa forma, o Sr. David Freitas solicitou aos dirigentes que orientem suas equipes a produzirem um material de qualidade. Informou também que será disponibilizado às unidades o relatório com as entregas relacionadas aos dois públicos-alvo mencionados, referente ao exercício de 2021, elaborado a partir de materiais já enviados anteriormente pelas unidades, como Relatório de Gestão, Mensagem Presidencial e demais informações fornecidas por outros fluxos de trabalho. O Subsecretário trouxe ainda a pauta sobre Destinação de Receita, comunicando acerca do trabalho de qualificação da classificação de valores a serem contabilizados em fontes especificadas na legislação vigente, bem como de tratativas junto à Advocacia-Geral da União – AGU para atualização da Portaria Normativa PGU/AGU nº 003, de 01 de junho de 2022. Informou ainda que está sendo providenciada a atualização do Manual de Orientações sobre Recolhimentos de Receitas Relacionadas a Fundos Geridos pelo MJSP. Por fim, foi apresentado o Painel de Restrições Contábeis comparativo entre os meses de abril e junho de 2022, com *ranking* de ocorrências contábeis por órgão, a fim de auxiliar os gestores no sentido de acompanhar a integridade da execução e dos lançamentos patrimoniais das unidades.
8. Passando a palavra para o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, foi tratada sobre a Revisão do Plano de Contratações Anual – PCA 2023, processo realizado no primeiro quadrimestre de cada ano. Após o período de elaboração de janeiro a abril, ocasião em que todas as unidades se dedicaram para construir o plano de contratações para o exercício, o plano será revisado e redimensionado, entre 15 de setembro a 15 de novembro, momento em que, a partir

dos referenciais orçamentários e já próximo a outro exercício, há mais clareza em relação às reais necessidades de contratação. Esse instrumento é exigido pelo Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022 e pela Portaria nº 405, de 20 de novembro de 2020, que estabelece a governança das contratações do MJSP. O Subsecretário apresentou então o cronograma aprovado pelo Comitê de Governança Administrativa - CGA, em agosto, tendo como prazo para as unidades revisarem seus planos até 30 de setembro de 2022, sendo necessária aprovação pelos seus respectivos dirigentes. Após aprovação interna no âmbito da Subsecretaria de Administração – SAA e SE. Ressaltou a necessidade de serem utilizados os modelos adotados e que sejam observados os prazos das atividades, estabelecidos no Cronograma, além de análise do PCA 2022, para migração das contratações não iniciadas para o plano que estará em fase de revisão. Assim, para a revisão do PCA 2023, devem ser observados: valor estimado; orçamento previsto; quantidade de contratações; e capacidade operacional. Finalizando sua participação, o Sr. Rogério Xavier comunicou sobre o 6º ciclo de capacitação em licitações e contratos, que ocorrerá de 23 de agosto a 02 de setembro de 2022, iniciativa de desenvolvimento dos servidores com palestras e oficinas na temática.

9. Em seguida, a palavra foi direcionada para o Ouvidor-Geral, Sr. Felipe Uchoa dos Santos, que dissertou a respeito da implementação do Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal – e-Agendas, criado a partir do Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021, que regulamenta dois artigos da Lei de Conflito de Interesse (Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013). Os agentes públicos (ministro, presidente, vice-presidente, diretores de autarquias, fundações, sociedades de economia, empresas públicas e os servidores que ocupem DAS 6, 5 e equivalentes) deverão divulgar, diariamente, pela internet, sua agenda de compromissos públicos, com entrada em vigor em 09 de outubro de 2022. Além disso, os agentes públicos devem ainda se atentar quando em participação em audiências, consultas públicas, recebimento e o tratamento de presentes, concessão de hospitalidades por agente privado, e verificar, a partir da regulamentação, se há necessidade de serem inseridos ou não no Sistema e-Agendas, já em vigor desde 09 de fevereiro de 2022. O Sr. Felipe Uchoa reforçou que o sistema se trata de uso obrigatório, com o objetivo de promover a transparência das agendas das autoridades, podendo ser acessada por qualquer pessoa.
10. Na sequência, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI, Sr. Cláudio Py, trouxe informações sobre recomendações e determinações dos órgãos de controle (Corregedoria-Geral da União e TCU). As recomendações da CGU vêm sendo mantidas atualizadas, por meio do Sistema e-Aud, enquanto as recomendações e determinações do TCU, acompanhadas no Sistema Conecta, encaminhou 516 comunicações distribuídas pelo MJSP, PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Cade e Fundação Nacional do Índio – Funai. Destacou o Processo SEI nº 08001.002350/2022-26, em que foi apresentado e aprovado os resultados do Modelo de Avaliação de Governança e Gestão em Segurança Pública – IGGSeg, bem como disponibilizado o Modelo ao MJSP a fim de avaliar a oportunidade e a conveniência da utilização das bases e dos instrumentos teóricos desenvolvidos nestes autos na adoção de políticas públicas a seu cargo, notadamente naquelas voltadas ao incremento da governança e da gestão dos entes subnacionais. Além disso, 7 formulários precisam ser avaliados por todas as unidades do MJSP envolvidas no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS. A AECI realizará reuniões de avaliação do modelo com as unidades envolvidas.
11. O Sr. Cláudio Py trouxe ainda informações acerca da aplicação, no âmbito do MJSP, da Portaria Interministerial ME/CGU nº 5.548, de 24 de junho de 2022, que estabelece regras, diretrizes e parâmetros, com base em metodologia de avaliação de riscos, para aplicação do procedimento informatizado de análise de prestações de contas do passivo de convênios e instrumentos congêneres, cadastrados no módulo de Convênios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, que foram operacionalizados fora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, da Plataforma +Brasil. Nesse contexto, o Assessor de Controle Interno informou sobre a existência de vários processos de convênio do MJSP fora da referida plataforma. A partir de determinados critérios estabelecidos pelo referido normativo, torna-se possível realizar um procedimento informatizado de análise de prestação de contas de

instrumentos em passivo, oportunidade em que a AECI vem realizando consultas, análises e solicitando o arquivamento de convênios que se enquadram em tais condições. Relacionado à Gestão de Continuidade do Negócio – CGN, informou que foi elaborada minuta de alteração da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, que institui o Sistema de Governança do MJSP, e que se encontra em análise pela Assessoria Especial de Assuntos Legislativos – AEAL e Consultoria Jurídica – Conjur. Por fim, sobre Gerenciamento de Riscos, especificamente acerca do 1º Ciclo de Monitoramento das medidas de tratamento dos riscos, o Sr. Cláudio Py destacou que a PF e a PRF solicitaram alterações nas datas para medidas de controle, devidamente motivadas, demonstrando grau de maturidade de tais unidades. Também foi mencionado o Programa de Integridade do MJSP, que consiste em conjunto estruturado de medidas institucionais em apoio à boa governança, voltadas para prevenção, a detecção, a punição e a remediação de desvios éticos, fraudes e atos de corrupção. Será tratado o valor institucional “Respeito”, em 5 momentos, voltado para o público LGBTQIA+. Por fim, abordou sobre Auditorias em Curso, tanto pela CGU (Gestão de Ativos – Senad e Refúgio – Senajus) quanto pelo TCU (PNSPDS e Programas/ações para a população LGBTQIA+). A AECI realizará reuniões de alinhamento com as unidades envolvidas para melhor apresentação das respostas às auditorias.

12. Por fim, a palavra foi passada para o Assessor Especial do Ministro, Sr. Allan Dias S. Maia, o qual informou Ofício-Circular expedido para todas as unidades, solicitando informações relativas a ações, projetos, programas e os respectivos resultados, cujo objetivo é mapear o MJSP para subsidiar o Ministro de forma adequada. Agradeceu à presteza e qualidade das informações fornecidas pelas unidades. O Sr. Washington Bonini, Secretário-Executivo adjunto finalizou agradecendo a todos pelas reuniões realizadas nas últimas semanas a respeito da priorização dos projetos de TIC. Imediatamente após o Sr. Washington finalizar suas palavras, o Sr. Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva, Chefe de Gabinete do Ministro, fez algumas considerações, parabenizando os trabalhos que estão sendo realizados pelas equipes e agradeceu o empenho de todos.
13. Encerrando a reunião, o Sr. Antonio Ramirez Lorenzo passou alguns encaminhamentos. O fluxo mensal de atualização das informações constantes no planejamento estratégico (monitoramento), realizado por meio de pontos focais, terá como prazo o dia 12 de setembro de 2022. Comunicou que, na próxima reunião do CGE, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 contará com as seguintes apresentações: i) SE: Projeto concluído “Revisão e padronização dos processos relativos a contratações públicas” e indicador “Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios”; ii) Senad: Projeto “Alienação de ativos em todo o Brasil - Edição 2022” e indicador “Quantidade de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos”; iii) Senajus: Projeto “Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis” e indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião reforçando a participação dos dirigentes na próxima reunião do CGE, prevista para o dia 29 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 22/09/2022, às 15:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 22/09/2022, às 17:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de**



Planejamento e Orçamento, em 22/09/2022, às 18:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bueno de Melo, Diretor(a) da Tecnologia da Informação e Comunicação - Substituto(a)**, em 23/09/2022, às 10:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rabelo Patury, Secretário(a) Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 23/09/2022, às 11:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO TERRITO DE BARROS, Usuário Externo**, em 23/09/2022, às 11:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Henrique Roca Pires, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 23/09/2022, às 11:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 23/09/2022, às 12:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO DO CARMO VIEIRA DE MELO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 23/09/2022, às 16:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE UCHOA DOS SANTOS, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 27/09/2022, às 16:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Nunes de Oliveira, Usuário Externo**, em 27/09/2022, às 18:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 28/09/2022, às 18:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 29/09/2022, às 17:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 04/10/2022, às 15:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 04/10/2022, às 15:53, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 05/10/2022, às 14:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Silva de Oliveira, Usuário Externo**, em 14/10/2022, às 15:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA, Usuário Externo**, em 14/10/2022, às 19:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Substituto(a)**, em 17/10/2022, às 15:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **19769745** e o código CRC **5A8C2BAA**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.